

**Discurso proferido pelo escritor Antônio Baptista de Oliveira, por ocasião do recebimento da Medalha do Mérito Funcional Henrique Antônio Santillo, ocorrido em solenidade no dia 14 de junho de 2007 no Plenário do TCE.**

Sensibilizado, agradeço a Suas Excelências, Conselheiros desta veneranda Corte, por agraciarem-me com a “Medalha Conselheiro Henrique Antônio Santillo do Mérito Funcional do Tribunal de Contas do Estado de Goiás”.

Narrar-lhes-ei, senhoras e senhores, uma história que parece ficção, mas é pura realidade! Eu, que nunca pensei ser, um dia, agraciado com uma medalha honorífica deste egrégio Tribunal, estou surpreso com o fato.

Deus quis e na sua Santa Misericórdia proporcionou-me esta imensa felicidade, daí, de público, agradeço a Ele.

Amo este Tribunal! Amo-o pelo trabalho que fazem Suas Excelências, Conselheiros deste Tribunal, pessoas progressistas, que se conduzem decididas a realizar com amor; pessoas otimistas, trabalhadoras e honestas, que vivem num clima de confiança; pessoas que não raciocinam pelo prazer de alinhar razões em boa ordem, mas para alcançar um fim e realizar um trabalho dinâmico e útil para o Estado de Goiás.

Como alternam os ventos ardentes e frios em nossas estações, como ressaltam as sombras e a luz em nossos horizontes, do mesmo modo há de sucederem, neste Tribunal, os rigores da lei.

Se não houvesse, nos Tribunais de Contas, um trabalho bem-feito, com ideal e austeridade no exame e na fiscalização das contas daqueles que administram valores públicos, o povo seria o eterno sacrificado e jamais seria feliz, restaria apenas o egoísmo da grande maioria abastada em função da desonestidade.

Os funcionários desta veneranda Corte são pessoas caracterizadas e enobrecidas no trabalho que fazem, com honestidade e dinamismo, com capacidade e permanência, na busca constante da verdade, numa longa caminhada, numa permanente vigília, num exame criterioso das contas relacionadas com a coisa pública, segundo a determinação da lei.

As pessoas que aqui trabalham convivem com a verdade, na calma da reflexão, quando executam o seu trabalho interno e externo em busca de um resultado correto.

O trabalho que se faz neste Tribunal de Contas funciona como uma verdadeira escola de ordem, de disciplina, de coesão, transformando-se, para alegria de todos nós, num laboratório de dignidade, honradez e honestidade.

O-O-O

Tribunal de Contas é um órgão extremamente importante. Segundo o historiador Roberto Cohen, “sua origem, na história grega, tem mais de dois mil anos”. E lá encontra-se o primeiro traço do Tribunal de Contas. Anualmente eram eleitos dez tesoureiros da deusa Atenas, perante os quais todos quantos exerciam parcela de administração deveriam, não só justificar os atos de sua gestão, mas, também, prestar contas dos dinheiros recebidos.

A publicidade das contas sujeitas à provação era regra. Gravava-se em pedra para permitir um exame perene dos cidadãos (no Museu Britânico, em Londres, encontra-se bem conservado um desses exemplares).

Segundo Leopoldo Lascarro, na França há indicações da Câmara de Contas em 1256. Tal Câmara tinha um poder tão grande que se estendia sobre todo o complexo administrativo do Estado. No uso desse poder, sentenciou à morte diversos fraudadores do tesouro do Rei, mandando cumprir as sentenças no pátio do prédio onde funcionava.

Ainda na Idade Média, depara-se com antecedentes do Tribunal de Contas. Assim, é que na Península Ibérica as assembleias políticas dos nobres, chamadas Cortes, desempenhavam, também, o papel de órgãos controladores das finanças dos reinos ibéricos, a partir do século XII (Cortes de Leon, em 1188).

Regina Rau, em “Os Três Mais Antigos Regimentos dos Contos” informa que, em Portugal, o controle financeiro do Estado adquiriu autonomia administrativa com o “Regimento dos Contos de 1419” feito por Dom João I, nos paços da moeda, em Lisboa.

Segundo Raul Granroni, no Império Austríaco, em 1661, criou-se a Câmara Superior.

Na Prússia, em 1714, Frederico Guilherme I criou a Câmara Superior de Contas, cujas atribuições foram ampliadas em 1823, com autonomia para fiscalização geral das Contas do Estado.

No passado, em várias épocas, a ação do Tribunal de Contas, se fez sentir com eficiência, devendo-se ressaltar a ação do Tribunal de Contas da França contra Enguerrand de Marigny, Ministro de Felipe IV, que expiou seus crimes no patíbulo; e Nicolas Fouquet, Ministro das Finanças de Luís IX, condenado como dilapidador, em 1664.

Segundo o eminente Ministro Ernandes do Amaral Peixoto, o Tribunal de Contas fluiu como decorrência natural da divisão de poderes. Tornou-se evidente a necessidade da criação de um órgão especializado, que permitisse a comparação das despesas com os créditos votados.

Do mesmo modo se expressou o então Ministro Verniand Wanderley, ao declarar que, sendo o Poder Legislativo especificamente elaborador de leis, o seu mecanismo não se presta a investigações de ordem contábil, nem tampouco pode dedicar-se a um assunto, que por sua natureza, envolve a função de julgar, derivando daí necessidade do Tribunal de Contas.

Sobre o assunto, expendeu mestre Rui Barbosa as seguintes palavras: “já em 1845 entrava na ordem dos estudos parlamentares um projeto do Tribunal de Contas, traçado em moldes assaz arrojados, por um dos maiores Ministros do Império: Manuel Alves Branco”.

O então Ministro Ruben Rosa declarou que, na sessão de 02 de agosto de 1861, da Câmara dos Deputados, José de Alencar, Relator da Segunda Comissão de Orçamento, assumindo a tribuna, após fazer veemente crítica a vários aspectos orçamentários, disse: “A criação, pois, de um Tribunal de Contas, composto de membros vitalícios bem remunerados, incompatíveis com quaisquer cargos de eleição popular ou de nomeação do Poder Executivo, responsáveis perante o Supremo Tribunal de Justiça, quando esta Câmara decretar a sua acusação, é um complemento necessário do governo parlamentar. Um Tribunal de Contas, quanto à despesa pública, garante a estreita e severa economia dos dinheiros.”

o-o-o

Quem dá nome à honraria que hoje recebo é o nosso muito pranteado Ex-Conselheiro e Ex-Presidente deste egrégio Tribunal de Contas: Henrique Antônio Santillo. Ele nasceu em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, mas para glória de Goiás e da sua gente, trouxeram-no, aos cinco anos de idade para o Estado de Goiás. Formou-se na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais. Em Belo Horizonte ele foi um renomado “Líder Estudantil”. Casou-se com a senhora Sônia Célia Santillo, com quem teve cinco filhos. Foi um chefe de família exemplar, na mais extensa e iluminada acepção de esposo, pai e avô. Fazia da vida familiar uma religião, da probidade um culto. Na sua exemplar existência construiu as suas alegrias no convívio cotidiano com o povo, seu devotado admirador.

Foi Vereador e Prefeito Municipal de Anápolis, Deputado Estadual, Senador da República, Governador de Goiás, Ministro da Saúde, Secretário da Saúde do Estado de Goiás, Secretário de Articulação Política, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, seu Corregedor-Geral e seu Presidente.

Este é um momento solene, que se torna festivo para o meu espírito, quando o meu coração se transborda de incontido entusiasmo e contentamento.

Nele se via gravidade em seu vulto, pureza em seu caráter, sensibilidade em seu espírito e beleza no seu gigantesco dinamismo.

Homem, cuja personalidade era de excepcional compleição, constituindo-se, em meio a paisagem humana, numa individualidade única, pelas peculiaridades do seu caráter, pelas ricas filigranas dos seus sentimentos, pelas cintilações de sua cultura, pelo seu imenso amor ao Estado de Goiás.

Esse curto e fúlgido momento é para mim, agora, um momento de suprema ventura, pois, nunca, entre os meus mais dourados sonhos, sempre aplicados à conquista de satisfações puramente do trabalho, figurou o sonho, que me parecia estulto e vão de, um dia, ser agraciado por este egrégio Tribunal com a Medalha Henrique Antônio Santillo do Mérito Funcional do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

A honraria que ora me é conferida não se constitui, para mim, em apenas um momento de júbilo, mas se apresenta como fato que me provoca muito orgulho e sacramenta a amizade entre Henrique Santillo e eu. Estejam certos, senhores Conselheiros: saberei honrar esta medalha!

o-o-o

O Doutor Naphtali Alves de Sousa, proponente dessa condecoração, sempre foi, também, um homem muito importante e respeitado. Ocupou os mais importantes cargos públicos; em todos eles, demonstrou dinamismo, competência e honestidade.

Foi Prefeito Municipal de Morrinhos nos anos 1977 a 1982, fez ótima administração e deixou saudades, pois é muito estimado naquele município. Em 1987 a 1991 foi eleito Deputado Federal Constituinte, o quarto mais votado. No ano 1995 foi reeleito, sendo o 6º mais votado. No dia 15 de novembro de 1994, foi eleito Vice-Governador do Estado de Goiás (assumiu por seis vezes o cargo de Governador Interino).

Finalmente, no dia 01 de abril de 1998, com a renúncia de Sua Excelência Doutor Luís Alberto Maguito Vilela, o Doutor Naphtali Alves de Sousa assumiu, em caráter definitivo, o Governo de Goiás.

o-o-o

Para terminar, falo agora de mais um grande homem: o Conselheiro aposentado Eurico Barbosa dos Santos, que sugeriu ao Conselheiro Naphtali a propositura de meu nome para receber a Medalha Henrique Santillo.

Ex-Deputado em vários mandatos, Ex-Presidente deste egrégio Tribunal de Contas, jornalista e escritor com vários livros publicados, foi presidente da Academia Goiana de Letras. Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, orador nato, é, também, um homem muito importante e respeitado. Desde cedo, em 1957, na vida acadêmica, Eurico Barbosa destacou-se pela sua notável inteligência de maravilhoso tribuno nato, o que lhe valeu eleição e posse como Presidente da União de Estudantes Universitários de Goiás, em 1955. Tão logo bacharelou-se, foi eleito Vereador em sua cidade natal, dando início ali a uma brilhante carreira política. Em 1963 elegeu-se Deputado; reeleito, não podendo, no entanto, completar seu mandato por força do Ato Institucional nº 5, em 1969, quando, então, montou Banca Advocatícia, sobressaindo-se como extraordinário e capacitado advogado civilista, constituindo enorme clientela.

Eurico Barbosa nasceu predestinado para a política. É um homem do povo voltado para o povo, por isso em 1983, foi novamente reeleito, com grande votação. Se antes defendia os fracos e oprimidos, redobrou, na tribuna da Assembléia Legislativa, a coragem do trabalho na defesa dos Direitos Humanos, naquela augusta casa. Orador consciente e brilhante, Eurico Barbosa sempre se destacou.

Em 1985, foi eleito Presidente da Assembléia Legislativa, quando, então, teve oportunidade de provar sua honestidade na administração da coisa pública. Reeleito novamente Deputado Estadual, permaneceu na Assembléia Legislativa, com o mesmo trabalho profícuo de parlamentar experiente.

Solicitado pelo Governador Henrique Santillo, Eurico Barbosa pediu licença na Assembléia para tornar-se Secretário da Justiça e do Trabalho.

Paralelamente a essa imensa atividade política, Eurico Barbosa sempre militou no jornalismo.

Deputado por vários mandatos, nunca guardou ódio em seu coração; sempre esteve aberto ao diálogo.

A prudência é a sua arma, quando examina um assunto para encontrar a melhor solução.

Nos anos 1953 a 1958 foi jornalista profissional, trabalhando no “O Popular”, “Rádio Brasil Central” e no “Diário da Tarde”.

É um homem notável nas pequenas e nas grandes causas de interesse público. Suas atitudes são corretas e corajosas, defendidas, por ele, com atos ou palavras numa linguagem simples e animada.

É um homem modesto, mas impressiona pela verdade, pela sinceridade, pela pureza de seus sentimentos de homem público enérgico, intrépido, sempre pronto para arrostar todos os obstáculos na defesa do que lhe parece correto.